



# (Des)Institucionalização da Comunidade de Segurança Europeia: limites da aprendizagem de uma ação externa coletiva?

*(Des)Institutionalization of the European Security Community: learning limits to a collective external action?*

DOI: [10.5752/P.1809-6182.2016v13.n3.p111](https://doi.org/10.5752/P.1809-6182.2016v13.n3.p111)

Bruno Valim Magalhães<sup>1</sup>

Recebido em: 04 de abril de 2016  
Aprovado em: 07 de julho de 2016

## RESUMO

*Ao avaliar quais são os limites da institucionalização da União Europeia no contínuo processo de aprendizagem social de uma ação externa coletiva, analisamos a construção dos elementos integracionistas europeus de segurança e defesa e monitoramos as relações entre a União Europeia e os Estados Unidos nessa matéria. Metodologicamente, ao instrumentalizar o caso europeu como histórico-sequencial e path-dependent, estimamos que a UE foi um sucesso, internamente, por atingir o grau de uma comunidade de segurança madura, mas, externamente, não obteve o mesmo êxito, pois o aprendizado coletivo atingiu seus limites institucionais devido a fatores europeus intrarregionais políticos e técnicos, caracterizando Bruxelas como ainda dependente de Washington em questões de segurança e defesa.*

**Palavras-chave:** Política de segurança regional. Segurança regional. Relações transatlânticas. Teorias de integração

## ABSTRACT

*Assessing what are the institutionalization limits of the European Union in the ongoing process of a collective external action social learning, we put under analysis the European construction elements of integrated security and defense, and we monitor the relations between the European Union and the United States in these fields. Methodologically, instrumentalizing the European case as historic-sequenced and path-dependent, we estimate that the EU was, internally, a success, reaching the level of a mature security community. Externally, however, it had not achieved the same success as the collective learning attains its institutional limits due to the European intraregional political and technical factors. Therefore, Brussels proves itself as still dependent on Washington for security and defense issues.*

**Keywords:** Regional security policy. Regional security. Transatlantic relations. Integration theories

1. Mestrando em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (UnB) e bolsista do CNPq. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Segurança Internacional (GEPsi) da UnB. Parte da equipe de Programa do Centro de Excelência do Programa Mundial de Alimentos da ONU. [orcid.org/0000-0001-5342-4171](https://orcid.org/0000-0001-5342-4171)

## INTRODUÇÃO

A reconstrução europeia no pós-II Guerra Mundial conheceu desde seu início debates relativos a um processo genitor de uma política comum para uma paz duradoura. Constituindo-se, assim, como uma conjuntura crítica da história europeia capaz de propiciar uma alçada que levasse o equilíbrio dinâmico daquele continente a outro esquema homeostático. Tais debates, ao tanger à temática da guerra e da paz, portanto, das altas políticas, desenharam o projeto que explicaria uma comunidade política que buscava, por meio do aprendizado social, modificar as forças e as ideias relativas às pulsões e às pressões europeias (DUROSELLE, 2000).

Esses fatores político-históricos explicam iniciativas, gestos e decisões governamentais, assim como oferecem uma dimensão para a mudança de uma estrutura europeia em busca de equilíbrio pautado largamente na balança de poder. Modificando percepções de um aprendizado social baseado na memória e formando as imagens necessárias para geração de um modelo que explicasse a assimilação da guerra como uma instituição social perigosa à manutenção da vida humana no continente europeu, tornando-se uma nova pulsão e pressão política (MCCORMICK, 2013).

A transição desse pano de fundo histórico é fluida e desemboca em um processo dinâmico cuja variação dependente é uma comunidade de segurança. É pautado nesses questionamentos histórico-perceptivos de aprendizado social que Karl Deutsch e seus colaboradores<sup>2</sup> desenham, em 1969, sua conceituação de comunidades de segurança, que é: um grupo de pessoas o qual se tornou tão integrado em um território, que passa a existir a concepção de que os membros dessa congregação não irão lutar

fisicamente entre si, mas resolverão seus problemas de alguma outra forma.

Por integração entende-se a impregnação de instituições e práticas fortes o suficiente para assegurar, a longo prazo, a concepção de expectativas seguranças de mudança pacífica. Por senso de comunidade, o estudo de Deutsch e equipe quer dizer que os indivíduos do grupo acordaram em resolver seus problemas comuns por meio de processos de mudança pacífica. Por mudança pacífica, ele implica em resolução de problemas, normalmente por procedimentos institucionais, que não lançam mão de violência física de grande escala.

Complementarmente, é importante salientar que nós consideramos o termo “integração” tanto como uma interação comunicativa (DEUTSCH et al., 1969) como um processo de aprendizado social gerador de um *we-feeling* (WENDT, 2005) pautado na construção de confiança mútua (KEOHANE, NYE, 1997). Esse processo tem como mecanismo organizador as instituições, que para nós são ideias compartilhadas (WENDT, 2005) em práticas sociais que consistem de regras facilmente reconhecíveis que governam as relações de seus atores (YOUNG, 1989), atuando de forma heurística (ADLER, BARNETT, 1998), sendo capazes de alterar identidades e comportamentos dos atores envolvidos em um determinado enquadramento histórico-processual (KOWERT, LEGRO, 2006).

Nossa sintetização sobre integração a partir da visão das instituições como mecanismos heurísticos de aprendizado social embasa-se nos estudos sociológicos de Donald Warwick (1973). Para ele, embora as evidências de confiança mútua possam ser localizadas em uma variedade de formas institucionais e organizacionais, a socialização refere-se ao processo em que indivíduos adquirem conhecimento, sentimentos, habilidades e outros traços que são esperados nos grupos nos quais eles fazem parte ou desejam fazer.

---

2. Os coautores nessa obra de referência com Karl Deutsch são: Sidney Burrell, Robert Kann, Maurice Lee, Martin Lichmann, Raymond Lindgren, Francis Lowenhiem, Richard van Wagenen.

Uma questão básica em qualquer forma de interação transnacional, segundo Warwick (1973), diz respeito ao grau com o qual os participantes de uma interação podem ser dependentes do controle mediado por instituições organizadas física e formalmente. Se a missão de uma organização internacional é a de promover atitudes de acomodação e coordenação internacional, a cultura organizacional torna-se uma força importante para criar o *we-feeling* que Deutsch propõe – e esse é o caso da União Europeia (PETITEVILLE, 2006).

Há, com isso, a busca desse *feeling* por meio do rastreio por congruidade de culturas; diminuição de discrepâncias de *status*, ou seja, o melhoramento da visão que Estados em uma comunidade têm do espaço que o outro ocupa; e a manutenção da duração dos contatos, pois quanto mais tempo um contato dura, maior a confiança que se desenvolve entre os participantes (WARWICK, 1973). Quando se toma que participantes de interações em organizações internacionais normalmente são ou poderão ser tomadores de decisão ou *policy makers*, os impactos dessa socialização atingem a formação das políticas externas e domésticas dos Estados dos quais esses indivíduos são originários (DEUTSCH, 1978).

Assim, essa conceptualização liga-se àquela nossa acima: de que as instituições internacionais, tangenciadas em organizações internacionais – aqui, a UE – sejam mecanismos heurísticos, inicialmente de monitoramento e, paulatinamente, tornem-se espaços para essa socialização e consecutiva criação de senso de comunidade. A consolidação desse momento de aprendizado coletivo e mudança de percepções é o mais importante elemento de maturação de uma comunidade de segurança.

Portanto, podemos assumir, complementarmente, que as comunidades de segurança, então como instituições multilaterais com princípios de

conduta geral<sup>3</sup>, são um *mix* entre ações socialmente construídas (RUGGIE, 1993) e ferramentas calculadas (MARTIN, 1993) de interação entre os Estados autointeressados (ADLER, BARNETT, 1998). Com isso, destacamos que o que hoje vemos como UE e suas instituições não é uma utopia idealista da busca pela paz *per se*, mas, sim, uma Europa comunidade de segurança que se erigiu como um custo de oportunidade socialmente construído bem calculado (WÆVER, 1998), numa sobreposição idealista-materialista (ADLER, GRAVE, 2009). Conformando, assim, instituições como não sendo variáveis causais da paz ou que a promovem simplesmente, mas como intervenientes e catalisadoras do processo que chega até aquela condição pacífica.

Ademais, verificamos que Deutsch e equipe (1969) trabalham com o conceito de *sucesso* e *in-sucesso* no desenvolvimento de uma comunidade de segurança. Para ele, o *sucesso* é pautado na manutenção do *status quo* “não-bélico”. Podendo-se afirmar, sem exaustiva demonstração empírica, que a região onde hoje é a União Europeia a 28 Estados é uma comunidade de segurança<sup>4</sup> (WÆVER, 1998). Portanto, podemos tratar o processo consolidado no seio da UE como um sucesso, em sua conceptualização original.

Contudo, buscando ir além do estudo da equipe de Deutsch, nós formulamos o argumento de que o “sucesso” do projeto europeu, no sécu-

3. Generalized principles of conduct usually come in the form of norms exhorting general if not universal modes of relating to other states, rather than differentiating relations case-by-case on the basis of individual preferences, situational exigencies, or a prior particularistic grounds (RUGGIE, 1993, p.566).

4. Não há relatos históricos, desde 1945, de um conflito armado de grande escala dentro e entre os Estados-membros da UE (WÆVER, 1998), o que não inclui, portanto, a ex-Iugoslávia. Tampouco, vê-se nesse espaço europeu o importante fator de limitação imposto pela fragilidade da segurança pública, como encontrado na América do Sul ou na África Meridional. Pois, como Deutsch e equipe (1969), argumentamos, inicialmente, que as comunidades de segurança têm a ver com grupos de pessoas, assim como coletividades, integrados a tal ponto que eles não irão lutar entre si, em seguida, torna-se impossível se esconder atrás da distinção entre guerras interestatais e outras formas de conflito social (ADLER, BARNETT, 1998).

lo XXI, vai além da comunidade de segurança já maturada. Entendendo, portanto, o sucesso como a capacidade de as instituições europeias continuarem a ter a força para fazer avançar o processo de aprendizado social em busca de uma ação externa coletiva, em matéria de segurança, mais atuante e autônoma da ingerência de uma potência extrabloco, especificamente os Estados Unidos.

É com esse incentivo que lançamos nossa pergunta de pesquisa deste trabalho: quais são os limites das instituições europeias, nomeadamente a União Europeia, no contínuo processo de aprendizagem social de uma ação externa coletiva? A partir disso temos que o argumento central é: a União Europeia, após a maturação da comunidade de segurança regional, perde sua força para a consolidação de uma ação externa comum autônoma dos Estados Unidos. A justificativa para tal argumento será percebida no desenvolvimento da terceira seção deste estudo.

Antes de entramos na metodologia e objetivos específicos, é importante destacar o porquê dos parênteses em “(des)institucionalização”. Como apresentado, as instituições foram parte importante do processo europeu, como variáveis intervenientes daquele movimento de aprendizado social capaz de modificar comportamentos geradores de forças (WARWICK, 1973; KOWERT, LEGRO, 2006). Desenvolvemos esse entendimento a partir de Emanuel Adler e Michael Barnett (1998), para quem as instituições e suas respectivas organizações são parte tanto da estrutura quanto do processo de desenvolvimento de uma comunidade de segurança.

Complementando a visão de Warwick (1973), politicamente, instituições são capazes de contribuir para a geração de confiança porque servem de monitores ao comportamento dos outros Estados, além de serem locais de aprendizado social. O que Adler e Barnett (1998) completam é que, após a comunidade de segurança estar maturada, a razão

primária pela qual os Estados transformam instituições em organizações (o monitoramento) é superada quando expectativas seguras de mudança pacífica são identificáveis. Isso implica em “atores que não mais precisam de organizações internacionais para manter confiança e o aprendizado e passam a fazê-lo por meio do conhecimento e das crenças que já mantêm um dos outros” (ADLER, BARNETT, 1998, p.47, tradução nossa).

Isso poderia justificar os poucos estudos sobre qual seria “a razão de ser” das organizações e sobre a letargia que muitas adquirem com o tempo. Isso porque, na mentalidade tradicional de comunidades de segurança da equipe de Deutsch, dado que projeto já é um sucesso, variando para “sim” a existência de expectativas seguras de mudança pacífica, esquece-se de pensar o remanescente institucional que a formou. Finalmente, indo ao desenvolvimento deste artigo, ele estará dividido em três seções: ferramentas metodológicas; avaliação parcial da história da construção das instituições ligadas à segurança comunitária europeia; apreciação parcial da mudança desse processo após as sequências reprodutivas da consolidação de uma comunidade de segurança; e uma conclusão, na qual iremos retomar as estimativas parciais e fazer uma síntese final.

## O método de rearranjos e de reprodução

Como já exposto, propomos modelar nossa análise por meio do uso de elementos históricos aliados às teorias das Relações Internacionais. Para tanto, três instrumentos estarão presentes neste trabalho: as conjunturas críticas, o *path-dependence* e as sequências reprodutivas. Sobre as conjunturas críticas, a sua lógica se estrutura em torno da concepção de que elas são momentos encerrados em um hiato temporal específico, durante o qual as mudanças geram um legado singular (COLLIER, COLLIER, 2002).

Esses legados das conjunturas críticas são importantes ao método do *path-dependence* porque esses elementos serão a inflexão contingente que deslança uma sequência reprodutiva precipitante de uma comunidade de segurança. Deutsch (1969) chama essas conjunturas críticas de “*take off*”. Ou seja, o momento quando o processo descola de um *background* histórico e começa a gerar mudanças estruturais que levam a um novo dinamismo homeostático<sup>5</sup> (ADLER, 2005).

Assim, partimos da ideia que sequência reprodutiva pode ser entendida como uma cadeia na qual um evento inicial, ou legado proveniente de uma conjuntura crítica, coloca em movimento, rearranja, (ADLER, 2005), uma sequência superior de reproduções institucionais contingentes, com base utilitária, funcional<sup>6</sup>, cálculo de poder e legitimação de ações a esse evento, a esse legado. Mas é importante frisar: esse rearranjo não poderia ser antecipado ou previsto metodologicamente por uma teoria (MAHONEY, 2000).

Por isso, segundo o *path-dependence*, a inflexão contingente tem dificuldade de prever os resultados de sua sequência temporal. Assim, justifica-se o *path-dependence* ter como foco: investigar os conjuntos menores de variáveis intervenientes de um processo causal, por meio dos quais os legados das

*conjunturas críticas* produzem resultados finais em etapas reprodutivas (MAHONEY, 2000).

O terceiro elemento se pauta na sequência reativa (MAHONEY, 2000). Ao contrário do *path-dependency* de cadeia reprodutiva, a sequência reativa é usada na proposição de que a direção da evolução política não é predeterminada a mover-se em uma única direção (DAUBJERG, KAY, 2015), em nosso caso: o aprendizado de uma ação externa coletiva autônoma, porque quando um determinado evento passa a ter *feedbacks* negativos, ou seja, os custos de manter o processo reprodutivo não são convenientes, a trajetória pode mudar de direção (HOWLETT, 2009).

Isso é a implicação metodológica dos limites do que classificamos aqui como *sucesso*: nenhuma política permanece estável ilimitadamente. Haverá, portanto, ajustamentos e rearranjos quando respostas a determinados cálculos, *feedbacks* e evolução cognitiva e contextual mudarem (DAUBJERG, KAY, 2015). Logo, metaforicamente, um processo de “(des)institucionalização”<sup>7</sup>.

## Institucionalização de uma comunidade de segurança e a gênese de uma ação externa coletiva europeia

Exposto o anterior, desde seus primórdios, a construção europeia conheceu debates relativos a uma dimensão de política externa e de segurança comum, mesmo que esses debates não estivessem expressos nesse vocábulo (PETITEVILLE, 2006). Como exemplo, no imediato pós-II Guerra Mun-

5. Assim como Adler (2005), fazemos uso desse termo da Física como metáfora. Sinteticamente, ele quer dizer que homeostase é a capacidade de um organismo de apresentar uma situação físico-química característica e constante, dentro de determinados limites, mesmo diante de alterações impostas pelo meio-ambiente em um sistema aberto, ou seja, com trocas de energia entre o interno e externo. O que Adler implica com isso é que essa constância pode ser modificada em sua estrutura, qual seja aqui, da guerra à comunidade de segurança.

6. Aqui, mesmo o termo “funcional” ter sido citado, não trabalhamos com o funcionalismo, e sua versão neo, das teorias de integração regional. David Mitrany afirma que a integração teve como motor inicial uma questão técnica, ao empregar mão de obra especializada para resolução de um problema inicial o seu sucesso seria garantido e os frutos dessa integração inspirariam a cooperação em outras áreas problemáticas, gerando assim um processo de proliferação da cooperação para outras áreas. Não é esse nosso foco, porque analisamos apenas a construção social, não o *spill-over effect*.

7. Essa exposição, além de elucidativa do método, é a justificativa do porquê de não trabalharmos com uma hipótese, mas valermos-nos de um argumento. Não queremos o final de nossa sequência reprodutiva e não estamos em busca desta e de sua variável dependente (a qual já temos): uma comunidade de segurança. Buscamos as intervenientes. Dessa forma, não pretendemos testar algo. Pretendemos avaliar e estimar as forças sociais que sustentaram ou minaram a continuação do desenvolvimento de uma ação externa coletiva europeia.

dial, França e Reino Unido buscaram a estabilidade, estabelecendo alianças clássicas. Assim, em 1947, Londres e Paris assinam o Tratado de Dunquerque, criando uma aliança de mútua assistência em caso de um ataque, sobretudo algum de origem alemã. No ano seguinte, junto àqueles dois Estados, Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo assinam o Tratado de Bruxelas, expandindo Dunquerque inserindo a mútua defesa em caso de agressão.

Porém, esses movimentos focaram-se em defesa, cujo conceito clássico não implica em segurança, que é tida aqui como percepção e prática social (BUZAN, WÆVER, 2003). Defesa, diferentemente, é uma reação ou uma resposta a uma insegurança (WALT, 1991). O chanceler francês, Robert Schuman, visualizou essa diferença e afirmou, em 1951, que a paz “não poderá ser salvaguardada sem esforços criativos que estejam à altura dos perigos que a ameaçam”. Especificamente, a Europa “não se fará de uma só vez, nem de acordo com um plano único” (UNIÃO EUROPEIA, 2015, s/p). A criatividade e a quantidade dos planos aumentariam conforme a Guerra Fria “esquentasse” (GADDIS, 2005).

Assim, iniciaram-se outros passos na construção da segurança europeia desembarcando na Declaração Schuman, citada acima em parte. Nela, Schuman propunha a criação da CEECA, a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, composta inicialmente por Alemanha Ocidental, Bélgica, França, Itália, Luxemburgo e Países Baixos. O ministro francês (UNIÃO EUROPEIA, 2015, s/p) acreditava que a colocação em comum da produção de carvão e de aço iria tornar a guerra entre França e Alemanha, países historicamente rivais, “não só impensável, mas materialmente impossível” devido ao controle da base material da indústria bélica clássica: carvão e aço.

Contudo, no ínterim das negociações da CEECA, o líder alemão-ocidental, Konrad Adenauer, buscava a soberania plena, a remilitarização e a inclu-

são de seu Estado na OTAN, devido ao receio de que a União Soviética pudesse tomá-lo por meio da Alemanha Oriental (DINAN, 2014; OSTERMANN, 1994). Em resposta a isso, o mesmo Schuman da declaração da CEECA disse que a questão da Alemanha na OTAN não deveria ser posta na agenda e que a remilitarização era impraticável (PÉREZ, 2003). Porém, com a eclosão da Guerra da Coreia, aquele receio de Adenauer tornou-se palpável e os Estados Unidos, por meio de seu secretário de Estado, Dean Acheson, passaram a apoiar a entrada da Alemanha Ocidental na Aliança Atlântica. Isso requeria a remilitarização de Bonn (DINAN, 2014).

Assim, a França, para proteger seus interesses de participação contínua no controle bélico alemão por intermédio da CEECA, precisava de uma nova iniciativa que não incluísse a OTAN. Esta seria transcrita por Jean Monnet no Plano Pléven, que desenharia a Comunidade Europeia de Defesa (CED). Esse plano, nomeado a partir do premiê francês, René Pléven, previa um exército europeu supranacional com a participação alemã. Dessa forma, Paris se anteciparia ao inevitável rearmamento alemão. Porém, tudo em se mantendo as forças de Bonn controladas. Porque os alemães não participariam do comando; apenas dos efetivos das tropas (OSTERMANN, 1994).

Apesar de o Plano Pléven original ser tanto desigual quanto inexecutável, justamente por esse controle francês (DINAN, 2014), ele foi cautelosamente recebido por Adenauer, quem via com bons olhos a possível, embora limitada, remilitarização alemã (PÉREZ, 2003). Ele estava aberto a negociações (OSTERMANN, 1994). Já os Estados Unidos de Acheson descartaram de imediato a proposta (DINAN, 2014), uma vez que não poderiam participar dela.

De um lado do rio Reno, após mediar com os outros europeus, o chanceler alemão conseguiu paridade de tratamento aos vizinhos no acordo.

Bonn assina o tratado em maio de 1952 e a Alemanha Ocidental poderia se tornar soberana, mas essa promessa não impediu que grupos de oposição doméstica a Adenauer opusessem-se ao rearmamento alemão. Isso porque esse tratado, na visão da oposição alemã ocidental, apesar da soberania, não melhoraria as relações com os soviéticos nem aproximaria as duas Alemanhas.

Do outro lado do Reno, como a viabilidade da participação francesa na construção da segurança europeia dependida mais da CECA do que do Plano Pléven em si, Paris avaliou, finalmente, que poderia controlar melhor Bonn pelo carvão e o aço do que lhe dando rearmamento. Assim, os Estados Unidos, que haviam recusado a CED, pressionaram Adenauer nas negociações da CECA. O afastamento da França da CED levaria ao fracasso do acordo em 1954 por diversas razões endógenas e exógenas. Internamente, havia falta de capacidade material dos europeus e carência de apoio dos governos nacionais; incluindo o francês<sup>8</sup>, o primeiro a não ratificar em definitivo o tratado (DINAN, 2014). Externamente, viu-se um leve arrefecimento da Guerra Fria com fim da Guerra da Coreia (GADDIS, 2005).

Assim, vemos que a CECA, celebrada pelo Tratado de Paris, em 1951, permaneceria. Tendo seu sucesso pautado na segurança dos Estados e não em sua defesa. Os acordos do carvão e o aço demonstraram qual era a real necessidade de construção europeia naquele momento. O que nos perguntamos nesse ponto é: a falha da CED e de seu Plano Pléven são mostras de uma quebra na sequência reprodutiva de *take-off*, retomando Deutsch (1969), de uma comunidade de segurança iniciada pelo *ba-*

8. A Assembleia Nacional da França, por pressão dos comunistas e gaullistas, refutaria a CED por ser muito supranacional e reavivar o medo da Wehrmacht; Adenauer finalmente recusou-a porque os custos políticos domésticos da remilitarização eram caros demais, preferindo o foco em reunificação e neutralidade (DINAN, 2014); os outros europeus recusariam a Comunidade por ela dar sombra ao ressurgimento de um novo Concerto Europeu que, sem a presença britânica e alemã, pudesse ser dominado por Paris (SMITH, 2002).

*ckground* crítico do final da Segunda Guerra? Não necessariamente.

Uma possível resposta é a de que o projeto que levaria, a partir da CECA, à União Europeia, foi aquela conjuntura crítica do método não prevista pela história ou pela teoria que permaneceu (MAHONEY, 2000) e continuou a dar energia às mudanças nas dinâmicas homeostáticas europeias (ADLER, 2005), por meio do funcionalismo, cálculo de poder e legitimidade de ações (MAHONEY, 2000). Mantendo o processo em andamento irreversível (ADLER, BARNETT, 1998). Portanto, com a CECA criada, as ideias em torno da defesa não se esvaneceriam com a CED.

O exposto aqui reforça a tese de sobreposição de idealismo e materialismo. Com a CED e CECA vemos que havia, por um lado, um mecanismo de manutenção do *status quo* por parte da França e busca de certa revisão, por Alemanha e Estados Unidos. Por outro lado, havia a manutenção de um discurso de tentativa, ainda que incipiente, de prática transnacional e de construção de algo comunitário, como na Declaração Schuman.

Essa extensa introdução subseccional é importante porque demonstra a longa conjuntura crítica fundamental para a aplicação da sequência reprodutiva. Coaduna-se aqui com a avaliação de Karl Deutsch de que (1969, p.6, tradução nossa): “integração é questão de fatos, não de tempo. Se pessoas dos dois lados não temem a guerra e não se preparam para isso, pouco importa quanto tempo levou-se para atingir esse fim.” Porém, conforme as condições são adicionadas às sequências “cuja realização foi montada anteriormente”, a CECA, “o tempo do andamento do processo se acelera. *Background* e processo agora se tornam unos” (DEUTSCH, 1969, p.70, tradução nossa).

Assim, conclui-se parcialmente que “a derrota da CED ajudou, não minou a rota para o Tratado de Roma” (DINAN, 2014, p.70, tradução nossa).

Depois da instituição da CECA e do fracasso da CED, buscou-se reforçar a construção europeia com a avaliação do Relatório do Comitê Spaak. Esse instrumento, publicado em 1956, surgiu na Conferência de Veneza, uma reunião de ministros das relações exteriores dos Estados-membros da CECA. Nesse encontro foram discutidas propostas acerca do estabelecimento de um mercado comum e uma comunidade europeia que tivesse como fim o uso pacífico da energia nuclear.

Em se tratando do nível mais sensível, energia nuclear, ambicionava-se a integração europeia pelo setor atômico pelos custos nele envolvidos, os quais superavam a capacidade financeira individual dos Estados. A integração do desenvolvimento da energia nuclear a nível supranacional significaria uma partilha de custos mais eficiente para o desenvolvimento. Usava-se o nuclear em termos econômicos porque é mais fácil trabalhar-se temas de altas políticas, como esse, pelo viés econômico (SCHMITTER, 2010). Contudo, o que se buscava eram mecanismos de monitoramento e avaliação dos Estados-membros como medida de criação de confiança e poder comunitário, como controle extranacional, por intermédio de uma instituição internacional (WÆVER, 1998).

Esse Relatório Spaak deitaria as bases do Tratado de Roma, o qual se conformaria basilar como uma coluna da União Europeia. Roma instituiria a Comunidade Econômica Europeia (CEE), importante para o aprendizado e convivência social dos europeus, e a Comunidade Europeia da Energia Atômica (EURATOM), a instituição internacional interveniente de monitoramento e avaliação citada acima (SMITH, 2002). A CEE e a EURATOM seriam indispensáveis, juntamente com a CECA, no Tratado de Fusão de Bruxelas, de 1965, para a construção de um dos três pilares do Tratado de Maastricht, de 1992 (DOVER, 2010) e criando as Comunidades Europeias (CE). Percebendo-se, com esses

fatos, a união do *background* e do processo gerados pelos planos franceses e a CED, focados em defesa, levando a uma institucionalização geral da Europa.

Contudo, como integração é derivada de fatos não de tempo, a fusão *background*-processo tem uma pequena pausa nos anos de 1965 e 1967 com a Crise da Cadeira Vazia e com o segundo veto francês à entrada do Reino Unido<sup>9</sup> nas Comunidades. Embora seja uma pausa, avaliamos esses eventos como importantes, mas não suficientes para reverter o processo por meio de estabelecimento de uma nova conjuntura crítica ou sequencial. Apenas como uma diminuição temporária da velocidade.

Com relação à crise da ausência francesa do conselho comunitário, Paris, em face a duas perspectivas de reformas institucionais, reagiu energicamente, paralisando o processo decisório do Conselho durante sete meses. Essas duas reformas eram devidas a um grande novo programa europeu, previsto no Tratado de Roma: passagem do voto por unanimidade ao voto por maioria qualificada no Conselho de Ministros, a partir de janeiro de 1966.

A votação por maioria, segundo o Quai d'Orsay, poderia pôr em risco o financiamento da Política Agrícola Comum, que teve um custo político grande à diplomacia francesa. Um segundo projeto afetado, na perspectiva da França, por razões políticas ligadas à concepção intergovernamentalista do general De Gaulle e à sua profunda desconfiança ao supranacionalismo, como já mostrado acima em relação à CED, concernia aos poderes da tecnocracia estrangeira, representando uma Comissão Europeia independente dos Estados-Membros (DINAN, 2014). A partir disso ficou evidente que a França, todavia promotora da integração, iria seguir a concepção gaullista de "Europa por partes" (SMITH, 2002). Embora o programa europeu de integração devesse avançar em altas e baixas políticas, ele deveria respeitar os limites franceses a um supranacionalismo adiantado.

9. O primeiro, pela mesma razão, foi em 1963.

Dessa perspectiva derivou uma importante virada intergovernamentalista (SALOMÓN, 1999): o Compromisso de Luxemburgo. Esse acordo europeu trata que quando assuntos de grande importância para um ou mais países-membros estejam em questão, os membros do Conselho tentarão encontrar soluções que possam ser adotadas por todos os membros, respeitando os interesses mútuos e os da Comunidade por meio da unanimidade em assuntos de alta sensibilidade.

Com isso, as Comunidades entendiam que as seis delegações viam que havia divergência de opiniões. Mas consideravam que tal divergência não impossibilitava o prosseguimento do trabalho da Comunidade em conformidade com o procedimento normal em temas de menor sensibilidade. Embora o compromisso tenha sido uma declaração não reconhecida formalmente pela Comissão Europeia nem pelo Tribunal de Justiça das Comunidades, ele produziu efeitos políticos poderosos.

O compromisso deu o poder de bloqueio a processos de decisão em que não havia consenso e funcionou como arma de dissuasão para propostas controversas, como a segurança e a defesa (PETITTEVILLE, 2006). Implicou um ganho de poder do Conselho em relação à Comissão e, dessa forma, minimizava o papel do Parlamento Europeu, que decide por maioria. Mas, finalmente, transformou-se, em contrapartida, em um incentivo à negociação e conciliação de interesses entre os Estados-membros, fato que, politicamente, pode ser valorizado.

Entendemos que o Compromisso de Luxemburgo se tornaria um entrave em vários momentos, sobretudo quando o Reino Unido fosse se ver ameaçado mais à frente neste trabalho. Contudo, o fator negociação que ele implicava, para se alcançar unanimidade em nosso tema de pesquisa, segurança e defesa, fomentava mais interlocução e interação no seio institucional. Partes do eixo central do aprendizado social do senso comunitário em uma comunidade

de segurança. Isso também remete ao reforço do *overlap* idealismo-materialismo, proposto há pouco. Nessa esteira de incentivo à conciliação partindo de autointeresses, vemos que aquela fusão *background*-processo na temática das comunidades de segurança voltaria a avançar no Relatório Davignon, de 1970, partindo do incentivo de Luxemburgo.

Em Davignon, surge a ideia de europeização da rede diplomática dos Estados-membros das instituições europeias. Davignon descrevia suas intenções como sendo “desejosas de realizar progressos nos domínios de unificação política, os governos decidem cooperar em política externa” (PETTITEVILLE, 2006, p. 25, tradução nossa). Pode-se perceber aqui que a tentativa a de cooperação em política externa de forma gradual, não de partir diretamente às altas políticas, como a CED, instituindo-se a Cooperação Política Europeia (CPE).

Mas se a CPE não lida com altas políticas, qual seria sua razão de existência? A Cooperação foi importante porque não somente deitou as bases da futura Política Externa de Segurança Comum (PESC) (PETTITEVILLE, 2006), como também ativou os ministros de relações exteriores dos Estados membros em se tornando, então, um vetor de socialização europeia prática e durável; moldando processos e estruturas intercomunitários (SALOMÓN, 1999), mesmo que informalmente.

Com a CPE, os Estados poderiam manifestar seu interesse no âmbito comunitário, não somente no bilateral ou transatlântico (PETTITEVILLE, 2006). Resumindo: a CPE alicerçou o aprendizado social necessário para que avançasse o projeto de comunidade política europeia gerador de um *we-feeling* (DEUTSCH ET AL., 1969; WENDT, 2005) o qual modificasse as forças-profundas geradoras de pressões pendentes à balança de poder. Atuando, assim, de forma heurística (ADLER, BARNETT, 1998) na geração do senso de comunidade por meio da integração propostos por Deutsch (1969).

Como já citado, a CPE embasou o que se tornaria a PESC. Assim, com a alteração do panorama geopolítico europeu no final da Guerra Fria; ante a dissolução da ameaça soviética; e, sobretudo, com as tensões geradas com o fim da Iugoslávia em 1992; viu-se aguda a necessidade de a Europa conscientizar-se ainda mais das questões de segurança no aprofundamento da integração europeia (JUNCOS, 2005). Então, em 1992, surge como resposta à necessidade do aprofundamento da integração, no Tratado de Maastricht, que cria a PESC.

A partir daqui vê-se o tempo do andamento aumentar sua velocidade e a reprodução e autorreforço institucional crescer. No Tratado de Amsterdã, de 1997, houve revisão significativa da PESC. Mencionava-se a necessidade de proteger a integridade da UE e suas fronteiras extrabloco e também surgiu o instrumento das Estratégias Comuns e de iniciativas no campo militar, como as futuras forças armadas transnacionais EURO-MARFOR, EUROFOR e EUROCORPS, que atuariam dentro da Identidade Europeia de Defesa (IESD). Além disso, foi significativo que a PESC ficaria formalmente sob a tutela de um Alto Representante para a política externa (WALLACE; POLLACK; YOUNG, 2010).

Continuando nessa esteira de rápidos e frutíferos avanços em matéria de segurança e defesa, no Tratado de Nice, em 2000, foi desmembrada da PESC a Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD). Foi em Nice também que surgiram as estruturas de decisão e trabalho político-militares que tornariam a PESD ainda mais efetiva. Lá foram erigidas as estruturas do Comitê Político e de Segurança (COPS), assistido por grupos de trabalho específicos, um Estado-Maior (EMUE) e um Comitê Militar da União Europeia (CMUE).

Com isso, vê-se não somente que os europeus haviam superado maduramente a hipótese de con-

flito entre eles, como havia a percepção comunitária de ação. A criação da PESD é fato que mostra como as instituições europeias com o aprendizado e a construção de confiança foram capazes de moldar certos comportamentos e modificar certas forças históricas profundas.

A mais recente revisão feita no âmbito da PESC e da PESD aconteceu em 2009 no Tratado de Lisboa. Este colocou a PESD ainda mais inserida nas questões de ameaças, como o terrorismo. O Tratado faz a provisão para uma defesa comum. Assim, a Política Europeia de Segurança e de Defesa torna-se Política de Segurança e Defesa Comum (PSDC). Além disso, a PESC e a PSDC receberam com Lisboa mais aporte institucional, com a criação do Serviço Europeu de Ação Externa (SEAE); grupos de gestão de crises; um corpo de representantes permanentes e em assuntos políticos e exteriores no Parlamento Europeu e na Comissão (o COREPER e o RELEX).

Javier Solana, Alto Representante de 1999 a 2009, afirmou em 2000 que a PESD seria o principal projeto de integração e de discussão comunitária da década de 2000 na Europa, atrás apenas do euro (SOLANA, 2000 apud EHRHART, 2000, p. 7). Além disso, quando Solana (GNESOTTO, 2004, p. 5) havia tomado suas funções em 1999, ninguém ousaria dizer que em cinco anos a Europa seria dotada de capacidades e de responsabilidades diretas em matérias de gestão de crises com toda uma articulação político-militar.

Isso demonstra toda a construção de uma ação externa coletiva europeia e sua institucionalização heurística no processo de maturação de uma comunidade de segurança europeia, a qual foi modificando aos poucos o comportamento e certas percepções e práticas dos grupos europeus e seus Estados. Porém, há limites a essa institucionalização, mostrando-se frágil em vários aspectos.

## (Des)institucionalização e os limites impostos à ação externa coletiva europeia

Neste ponto, avançamos para além daquelas análises e descrições anteriores para lançarmos foco sobre o problema principal: em que medida poderia a União Europeia ser autônoma em matéria de segurança e defesa dos Estados Unidos, seu principal parceiro e importante variável de sua segurança, e quais os limites a isso.

Começando pela questão dos limites apresentados na introdução, retomando Adler e Barnett (1998): após a maturação de uma comunidade de segurança, a função básica das instituições internacionais e suas organizações perde-se: a questão do monitoramento e da confiança nos Estados vizinhos, o que eles explicitam como “confie, mas verifique” (ADLER, BARNETT, 1998, p.46, tradução nossa). Isso quer dizer a estrutura do conhecimento coletivo dos atores, acreditando que algo os induz a engajar em práticas que reproduzem essas estruturas (WENDT, 2005), muda o próprio esquema metodológico sequencial, o qual até a consolidação da comunidade de segurança era reprodutivo e agora passa a ser por reação (MAHONEY, 2000).

Logo, a sequência reativa, ao contrário da *path-dependent* reprodutiva, implica em cadeias causais fortemente ligadas que podem reverter certas ações dos eventos históricos que deslançaram o processo<sup>10</sup> (COLLIER, COLLIER, 2002; MAHO-

10. “Mahoney thus comes up with a wide range of potential reasons for reproduction of path dependence. Alongside this differentiation, he also distinguishes between “self-reinforcing” [reproductive] path-dependent processes, in which the already mentioned reproduction reasons take effect, and path dependence based on “reactive sequences”. Reactive sequences are applicable if early events trigger a chain of reactions, which then leads to further events. Whereas self-reinforcing sequences are characterized by processes of reproduction that reinforce early events [critical junctures], reactive sequences are marked by backlash processes that transform and perhaps reverse early events” (BEYER, 2010, p.190).

NEY, 2000), podendo levar a uma nova condição de equilíbrio (ADLER, 2005; HOWLETT, 2009). Há pouco citamos sobre a possibilidade de irreversibilidade do processo até a comunidade<sup>11</sup> (ADLER, BARNETT, 1998).

Assim, como já exposto na seção metodológica, após a consolidação institucional da comunidade de segurança, sugere-se que se atinge um limite do equilíbrio dinâmico das instituições e parte-se a um novo, no qual elas têm menos peso, porque o processo passa a ser mais pautado naquela estrutura do conhecimento do que na reação institucional, como mostrado na segunda seção. Saindo da reprodução institucional e pautando-se na reação a eventos.

Entendemos que essa construção acima corrobora com a tese de Zaki Laïdi (2008) de que: a União Europeia é a norma sem a força. Nela, afirma-se que a narrativa europeia foi construída em torno da normatização de uma ação externa coletiva em âmbito de segurança, contudo ela se mostra hoje desprovida de força política para tal normatização, o que exigiria elementos de *hard power* e a federalização da política exterior. A “(des)institucionalização” à qual nos referimos ainda na introdução começa nisso que descrevemos acima. Não é que as instituições percam sua importância ou valor, mas elas já não são os fatores intervenientes que mantêm ou aceleram o processo da ação externa coletiva, um produto do desenvolvimento da comunidade de segurança.

Empiricamente vê-se isso, já respondendo a outra questão com relação aos Estados Unidos, que por muito tempo a Europa esteve inteiramente sob o

11. Adler e Barnett (1998) estão cientes da possibilidade de desmonte das comunidades de segurança, como proposto por Deutsch (1969) e como discutido recentemente de forma ampla para as ciências sociais por Alexander Wendt em *Quantum Mind*, de 2015. Mas avaliam, como Beyer (2010), que retroceder/reverter o processo após o *turning point* institucional da junção do *background* com o processo em si não apresenta bom custo-benefício aos atores desse movimento, devido a perdas em ganhos crescentes e aumento nos custos de transação.

guarda-chuva de proteção americano e sob a preeminência da OTAN. A Aliança funcionava como um elo de segurança e defesa dos Estados Unidos, dando à Europa a possibilidade de ser um *free rider* na aliança ocidental devido à sua centralidade estratégica na Guerra Fria (DOVER, 2010). Dessa forma, a Europa poderia concentrar toda sua atenção em sua integração e evitar novos conflitos internos ao não precisar se preocupar com sua própria segurança e defesa intra e extrablocos (MEARSHEIMER, 2014), institucionalizando-se (WALTZ, 2000).

Entretanto, o cenário global vem mudando e com ele a centralidade da Europa aos Estados Unidos, devido ao câmbio da perspectiva de ameaças que Washington passou a ter a partir do colapso da União Soviética, intensificado após os ataques de 11 de setembro (PERLO-FREEMAN et al., 2012; RACHMAN, 2013). Assim, a Europa não seria mais estratégica da política externa de segurança e defesa dos Estados Unidos. Os europeus perceberam que precisariam aceitar o fato de que muitos de seus interesses extrablocos só poderiam ser satisfeitos por processos que transcendessem as fronteiras nacionais de seus Estados-membros (SCHMITTER, 2010).

Porém, a necessidade de a União ser responsável por ter que se coordenar e assegurar o apoio de 28 conjuntos de opinião pública e 28 governos e parlamentos e 28 conjuntos de mídia nacional, dificulta atividades políticas externas sustentadas por um nível elevado de consenso comunitário (KROTZ, 2009; SMITH, 2002). Isso leva ao ponto mais delicado da tese da norma sem a força: a capacidade política institucional europeia.

O jornal britânico *The Economist* (2011) cunhou um termo a essa condição europeia em uma manchete intitulada: *Always waiting for the US cavalry*. Quando a Europa parecia enfim superar sua dependência dos Estados Unidos – após a institucionalização de sua comunidade de segurança e a sequência de criação de instituições, em uma nova era de ativismo global

em suas intervenções na Líbia e, posteriormente, no Mali – foi demarcado com mais força ainda os limites de Bruxelas. A UE precisou pedir aos EUA que lhe suprisse armamento e transporte. Posteriormente, ela não conseguiu atuar em seu próprio continente, na crise da Ucrânia, por exemplo; nem politicamente, muito menos militarmente (MEARSHEIMER, 2014). Sanções econômicas foram aplicadas à Moscou, mas nada realmente vexante à ação russa, devido à forte dependência energética que a Europa, sobretudo, a Alemanha, ainda tem da Rússia.

No início da CED, como mostrado, os americanos desconfiavam da política europeia. Washington queria que o pilar europeu de segurança se contivesse dentro do escopo da OTAN (WALTZ, 2000) e isso seria estendido à PESC (SCHMITTER, 2010). Mas, quando ocorreram os eventos de 11 de setembro de 2001, essa balança mudou. Os europeus se lançaram em uma atitude solidária em relação aos Estados Unidos e, pela primeira vez na história, o Artigo 5º do Tratado de Washington foi usado efetivamente no Conselho Atlântico. Porém, dado que os Estados Unidos já haviam planejado de forma autônoma a entrada no Afeganistão, sem o uso inicial da OTAN, a única missão que esta poderia assumir, naquele momento, era o de substituir as tropas americanas nos Bálcãs para que as forças americanas pudessem ser usadas na campanha afegã (PÉREZ, 2003).

Todavia, em setembro de 2003, as tropas da OTAN teriam que assumir, por influência americana, outro *front*, o ISAF (International Security Allied Forces), na campanha americana no Afeganistão, porque os Estados Unidos iniciavam outra frente de batalha no Iraque, em maio de 2003, e precisavam de mais efetivo disponível. Assim, a Europa seria dragada e cooptada a agir em uma partilha de encargos com os Estados Unidos, uma vez que os Bálcãs não poderiam ser abandonados no meio de um conflito civil e de uma crise humanitária.

Dessa forma, março de 2003 a União Europeia não teve alternativa senão gestar sua primeira operação militar para repor a retirada de tropas da OTAN da península: a Operação Concordia, na Macedônia. Como se vê, os Estados Unidos passaram do olhar desconfiado à PESC, à PESD e a toda a sua aparelhagem institucional para usá-las como complementos de sua própria política e, a partir daí, continuaram a chamar pela Europa em outras ocasiões. Porém, esta não consegue atender e fazer com que sua ação coletiva em matérias de segurança e defesa avance.

Ainda assim, a UE passou, a partir de 2003, a ter uma espécie de “papel a cumprir” (KROTZ, 2009) com os EUA. Isso é explicitado pelo secretário de defesa de Barack Obama, Robert Gates, em uma visita a Bruxelas:

Eu demonstrei abertamente preocupação sobre [...] aqueles dispostos a pagar o preço a carregar o fardo de uma aliança de compromissos e sobre aqueles que se aproveitam dos benefícios da adesão à OTAN [...], mas que não querem partilhar de seus custos e riscos<sup>12</sup> (ESTADOS UNIDOS, 2011, s/p, tradução própria)

Como Gates permite inferir, a Europa sofre hoje mais de uma letargia político-militar do que de uma restrição por parte dos Estados Unidos para tornar-se um ator autônomo. A Europa atualmente é, retomando a Operação Concordia, uma comunidade de nações que tem todas as bases lançadas institucionalmente para tornar-se um ator autônomo, mas não o faz porque não desenvolve nem sua força física nem sua força política, pois seu processo deixou de reproduzir suas instituições e passou a responder aos eventos, a partir do momento quando a comunidade de segurança consolidou-se e os *feedbacks* mudaram de positivos a custosos, porque a condição de mudança pacífica havia se consolida-

do. Por conseguinte, as instituições perdem sua potência como variável interveniente, causando uma mudança processual em sua sequência de construção comunitária.

## Conclusões

Respondendo, então, à pergunta principal proposta ao longo deste trabalho, podemos dizer que a União Europeia teve sucesso, nos termos de Deutsch, por ter alcançado a condição de comunidade de segurança. Mas concluímos que a UE, após a maturação da comunidade de segurança regional, perde sua força para a consolidação de uma ação externa comum autônoma dos Estados Unidos, fazendo com que hoje se questione o sucesso de seu projeto, como fez Laïdi na seção anterior. Esse é o ponto principal que buscamos salientar ao longo do trabalho, foram duas etapas e duas sequências de eventos distintos, um reprodutivo e um reativo, cujo sucesso individual do primeiro do não afeta o do último.

Assim, demonstramos que não somente os europeus haviam superado a hipótese de conflito entre eles, como havia a percepção comunitária de ação. A sequência de criação PESC/PESD/PSDC é um dos fatos mais importantes e que mostram como as instituições europeias, com o aprendizado e a construção de confiança, foram capazes de moldar certos comportamentos e modificar certas forças históricas profundas, que, como exposto por Javier Solana (2000 apud EHRHART, 2000, p. 7) “ninguém ousaria dizer que [...] a Europa seria dotada de capacidades e de responsabilidades diretas em matérias de gestão de crises com toda uma articulação político-militar”. Houve uma profunda reprodução institucional que atingiu um limite funcional, utilitário, de poder e de legitimidade.

Dessa maneira, a Europa estaria, então, pronta em termos institucionais e normativos para ser autônoma. Contudo, ela esbarrou em um ponto

12. Original em inglês: *I've worried openly about [...] those willing and able to pay the price and bear the burdens of alliance commitments, and those who enjoy the benefits of NATO membership [...] but don't want to share the risks and the costs.*

crítico para tornar-se um ator pleno: a continuação do desenvolvimento de sua ação externa por meio da UE, o que a dotaria de mais capacidades militares relativas e absolutas para consolidar sua autonomia frente aos Estados Unidos. O que corrobora com o modelo de Adler e Barnett (1998) em relação aos limites e à diminuição do papel heurístico das instituições após a maturação das comunidades de segurança, como exposto na introdução e na terceira seção deste estudo e fortalecendo a tese de que a Europa possui a norma sem a força de Laïdi (2003).

A diminuição das memórias dos traumas da II Guerra, aliados à demanda por alta institucionalização, demandaria dos europeus um grau maior de federalização de política de segurança e de defesa. Encontrando limites impostos pela sequência reprodutiva e de forças políticas para em falar de forma uníssona e conseguir mobilizar todos os meios políticos necessários à ação real de um aprendizado coletivo em matéria de segurança.

Isso fez com que os Estados-membros da UE desacelerassem o processo de institucionalização, embora isso não implique em “retrocesso” processual e desinstitucionalização de fato, tanto é que fazemos uso de parênteses no “(des)institucionalização”, porque a comunidade de segurança mantém um custo alto para que haja um *turning point* ou o “retrocesso”. A consolidação da institucionalização *path-dependent* não leva a um “congelamento” ou “reversão” das condições existentes. Em vez disso, a mudança é meramente restrita. Em nossa visão, retomando respostas quase similares àquelas do Plano Pléven, há algum avanço, mas muito lento e custoso, porque os elos da sequência reativa são mais frouxos.

Finalizando, portanto, o que estimamos é que a Europa, traduzida em União Europeia, pode ter capacidade de autonomia em todo um processo de operação externa. Todavia, é importante, destacar, que a “(des)institucionalização” não desqualifica a

União Europeia, pois ela teve papel indelével na construção da comunidade de segurança europeia e hoje continua tendo um papel importante em muitas outras áreas, encontrando esses limites que demonstramos em matéria de segurança e defesa.

## Referências

- ADLER, Emanuel; BARNETT, Michael. **Security communities**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- ADLER, Emanuel. **Communitarian international relations: the epistemic foundations of International Relations**. London, New York: Routledge: 2005.
- ADLER, Emanuel; GRAVE, Patricia. When security community meets balance of power: overlapping regional mechanisms of security governance. **Review of International Studies**, Vol. 35, Supplement S1, February 2009, pp.59-84.
- BEYER, Jürgen. The same or not the same: on the variety of mechanisms of path dependence. In: **International Journal of Social, Behavioral, Educational, Economic, Business and Industrial Engineering**. v.4, n.3, 2010.
- BUZAN, Barry; WÆVER, Ole. **Regions and powers: the structure of international security**. Cambridge University Press: 2003.
- COLLIER, Ruth; COLLIER, David. **Shaping the political arena: critical junctures, the Labor Movement, and Regime change in Latin America**. Princeton: Princeton University Press, 2002.
- DAUGBJERG, Carsten; KAY, Adrian. **Spotting sequences in policy evolution: the co-existence of self-reinforcing and reactive feedback effects**. Milan: 2<sup>nd</sup> International Conference on Public Policy: July 2015.
- DEUTSCH, Karl. **El Análisis de las Relaciones Internacionales**. Buenos Aires: Editorial Paidós, 1978.
- DEUTSCH, Karl, et al. **Political community and the North Atlantic Area**. New Jersey: Princeton University Press, 1969.
- DINAN, Desmond. **A History for the European Union**. Londres: Rienner, 2014.
- DOVER, Robert. From CFSP to ESDP: the EU's Foreign, Security, and Defence Policies. In: CINI, Michelle; BORRAGÁN, Nieves Pérez-Solórzano. **European Union politics**. Oxford: Oxford University Press, 2010.
- DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Todo Império Perecerá**. Brasília: Editora da UnB, 2000.
- ESTADOS UNIDOS. SECRETARIA DE DEFESA. **The Security and Defense Agenda (Future of NATO)**. Washington, DC, 10 jun. 2011. Disponível em: <<http://www.defense.gov/Speeches/Speech.aspx?SpeechID=1581>>. Acesso em: 01 nov. 2013.

- GADDIS, John. *Now we know: rethinking the Cold War History*. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- GNESOTTO, Nicole. **EU Security and defence policy: the first five years (1994-2004)**. Paris: Institute for Security Studies, 2004.
- HOWLETT, Michael. Process Sequencing Policy Dynamics: Beyond Homeostasis and Path Dependency. In: **Journal of Public Policy**. v.29, n.3, p.241-262, 2009
- JUNCOS, Ana E. The EU's post-conflict intervention in Bosnia and Herzegovina: (re)integrating the Balkans and/or (re)inventing the EU?. In: **Southeast European Politics**. Budapeste, v.6, n. 2, nov. 2005, p. 88-108.
- KEOHANE, Robert; NYE, Joseph. **Power and Interdependence**. New York: Columbia University Press, 1997.
- KOWERT, Paul; LEGRO, Jeffrey. Norms, identities, and their limits: a theoretical reprise. In: KATZENSTEIN, Peter. **The culture of national security**. Nova York: Columbia University Press, 2006.
- KROTZ, Ulrich. Momentum and Impediments: Why Europe Won't Emerge as a Full Political Actor on the World Stage Soon. In: **Journal of Common Market Studies**, Londres, v. 47, n. 3, p. 555-578, 2009.
- LAÏDI, Zaki. **La norme sans la force: l'énigme de la puissance européenne**. Paris: Presses de Sciences Po, 2003.
- LIBYA, EUROPE AND THE FUTURE OF NATO: always waiting for the US cavalry. **The Economist**, Brussels, edição eletrônica, 10 jun. 2011. Disponível em: <<http://www.economist.com/blogs/charlemagne/2011/06/libya-europe-and-future-nato>>. Acesso em: 01 nov. 2013.
- MAHONEY, Jones. Path-dependence explanations of regime change: Central America in comparative perspective. In: **Studies in comparative International Development**, Spring, 2000.
- MARTIN, Lisa. The rational state choice of Multilateralism. In: MARTIN, Lisa. **Multilateralism matters: the theory and praxis of an institutional form**. New York: Columbia University Press, 1993.
- MCCORMICK, John. **Why Europe matters**. Londres: Palgrave MacMillan, 2013.
- MEARSHEIMER, John. Why the Ukraine crisis is the West's fault. In: **Foreign Affairs**. v.93, n.5, p. 1-12, September/October, 2014.
- OSTERMANN, Christian. The United States, the East German uprising of 1953, and the limits of rollback. In: **Working Paper No. 11**. Washington: Woodrow Wilson International Center for Scholars, 1994.
- PÉREZ, Rafael García. **Política de seguridad y defensa de la Unión Europea**. Madrid: Instituto Universitario General Gutiérrez-Mellado, 2003.
- PERLO-FREEMAN, Sam; SKÖNS, Elisabeth, SOLMIRANO, Carina; WILANDH, Helén. Trends in world military expenditure, 2012. In: **SIPRI Fact Sheet**. Estocolmo: Stockholm International Peace Research Institute, 2012.
- PETITEVILLE, Franck. **La politique internationale de l'Union Européenne**. Paris: Presses de la Sciences Po, 2006.
- RACHMAN, Gideon. **The Pivot: test of Europe as a security actor?** Paris: The German Marshall Fund of the United States, Transatlantic Security Task Forces Series, Policy Brief, maio 2013. Disponível em: [http://www.gmfus.org/wp-content/blogs.dir/1/files\\_mf/1370532357TSTF\\_Rachman\\_PivotTest\\_May13.pdf](http://www.gmfus.org/wp-content/blogs.dir/1/files_mf/1370532357TSTF_Rachman_PivotTest_May13.pdf) Acesso em: 01 nov 2013.
- RUGGIE, John Gerard. Anatomy of Multilateralism. IN: MARTIN, Lisa. **Multilateralism matters: the theory and praxis of an institutional form**. New York: Columbia University Press, 1993.
- SALOMÓN, Mónica. La PESC y las teorías de la integración europea: las aportaciones de los nuevos intergubernamentalismos. In: **Revista CIDOB d'Afers Internacionals**, Barcelona, p.45-46, Agua e Desarrollo, 1999.
- SCHMITTER, Philippe. A experiência da integração europeia e seu potencial para integração regional. In: **Lua Nova**. v.80, p.9-44, 2010.
- SMITH, Hazel. **European Union Foreign Policy**. Chippenham, Inglaterra: Pluto Press, 2002.
- SOLANA, Javier. "Die Gemeinsame Europäische Sicherheits und Verteidigungspolitik – Das Integrationsprojekt der nächsten Dekade". *Integration*, Berlim, 1 /2000. APUD: EHRHART, Hans-Georg. *What model for CFSP?* Paris: Institute for Security Studies, 2002.
- UNIÃO EUROPEIA. A Declaração Schuman de 9 de maio de 1950. Disponível em <[http://europa.eu/about-eu/basic-information/symbols/europe-day/schuman-declaration/index\\_pt.htm](http://europa.eu/about-eu/basic-information/symbols/europe-day/schuman-declaration/index_pt.htm)> Atualizado em 2015. Acesso em: 03 dez. 2015.
- WÆVER, Ole. A non-war community in Europe. IN: ADLER, Emanuel. BARNETT, Michael. **Security communities**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- WALLACE; Hellen; POLLACK, Mark; YOUNG, Alasdair. **Policy-making in the European Union**. Oxford: Oxford University Press, 2010.
- WALT, Stephen M. The Renaissance of Security Studies. In: *International Studies Quarterly*. v.35, n.2, p.211-239, 1991.
- WALTZ, Kenneth. Structural Realism after the Cold War. In: **International Security**. v. 25, n. 1, 2000.
- WARWICK, Donald. Transnational Participation and International Peace. IN: KOEHANE, Robert; NYE, Joseph. **Transnational Relations and World Politics**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1973.
- WENDT, Alexander. **Social Theory of International Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- YOUNG, Oran. **International cooperation: building regimes for natural resources and the environment**. Ithaca: Cornell University Press, 1989.